

O que se busca no FMI

Já que não há recursos no Fundo, Brasil quer aval e examina concessões

EDUARDO BRITO

Ir ao FMI pode significar duas coisas. Em primeiro lugar, dirigir-se ao Fundo Monetário Internacional para pleitear recursos, seja para cobrir rombos no balanço de pagamentos, seja por outro motivo qualquer. Em segundo, lá procurar um relatório favorável à orientação econômica do país, para funcionar como aval diante da relutância de bancos importantes a emprestar recursos necessários. O Brasil, na verdade, gostaria de encaminhar-se para a primeira opção, mas provavelmente se dirigirá para a segunda.

Quem dá essa explicação é uma importante fonte governamental, lembrando que ninguém duvida de que o Brasil, como aliás muitos outros países em desenvolvimento, encontra dificuldades extremamente sérias para captar no mercado externos os recursos de que precisa. Mais até do que falta de confiança dos emprestadores — afinal, para alguém eles têm que emprestar seus recursos — há uma redução de liquidez, decorrente em especial da inadimplência de muitos dos principais devedores.

O México, que deve quase tanto quanto o Brasil, já pediu a renegociação de seu débito. A Argentina ainda não pediu essa moratória, mas já deixou de honrar compromissos e caminha para lá. A Bolívia está em situação semelhante, só que não tem mesmo como pagar. O Chile, orgulho dos monetaristas, também chegou a este ponto e seu Banco Central, desde o golpe de Pinochet presidido por aplicados alunos de Chicago, anunciou no final da semana que a renegociação virá. Não é de se espantar que os recursos escasseiem.

O problema maior não é apenas captar recursos. Empréstimos de curto prazo, como os obtidos por via da resolução 63, poderiam até suprir as necessidades principais. No entanto, representariam apenas um adiamento breve do problema. Em 180 dias estourariam as novas contas a pagar, acrescidas das novas dívidas, e assim por diante. O país poderia aproximar-se assim da temida, embora improvável, crise cambial, que se traduziria pela inexistência de divisas em volume suficiente para manter em níveis saudáveis os compromissos internacionais.

Sem ter quem empreste, haveria a possibilidade de se recorrer ao Fundo Monetário Internacional, para a primeira das alternativas.

Em princípio, o FMI emprestaria dinheiro a juros mais baixos e prazos mais favoráveis do que os exigidos em tempos bicudos pelos bancos comerciais. É evidente que haveria outras condições para isso, mas em tese os recursos necessários poderiam vir.

Não nos tempos atuais, porém. O Brasil poderia usar os **direitos especiais de saque**, a retirada que lhe é garantida pelos estatutos do FMI. Gotas d'água no oceano, os direitos de saque do Brasil, proporcionais às cotas de contribuição do País ao Fundo, pouco ou

nada ajudariam. Haveria então a possibilidade de empréstimo, acima desses direitos.

Para que o FMI empreste, porém, precisa contar com esses recursos. O Brasil fez o que pôde, na última assembléia geral do Fundo. Alinhando-se com o Terceiro Mundo, o ministro Ernane Galvêas defendeu o aumento das cotas de contribuição dos países-membros, o que traria um substancial aporte de verbas. Os países desenvolvidos, de forma mais ostensiva os Estados Unidos, rejeitaram essa proposta. Aceitaram discutir o assunto, mas só no ano que vem. Quanto ao fundo de emergência, então, nem falar. Alguns minguados recursos pingaram, mas apenas o suficiente para ajudar meia dúzia de repúblicas insulares cuja dívida não chega ao milionésimo da brasileira.

Sem isso, não há dinheiro no FMI. Em tese, os países membros poderiam contar com as **tranches**, fatias dos recursos em caixa. Mas a inflação internacional, e principalmente a elevadíssima escala de endividamento internacional, tornou irrelevantes essas cotas. O Brasil, por exemplo, poderia pegar só uns 5 bilhões de dólares em sete anos.

No caso de problemas para levantar os recursos necessários para fechar o balanço — ou para obter algo mais do que o simples adiantamento, a curtíssimo prazo, desse problema — restaria portanto o pedido de aval ao Fundo. Não se trataria, como em negócios internos, de um compromisso rígido, de uma responsabilidade solidária. Mas de um relatório favorável, que levasse o FMI a comprometer-se com a cobertura do débito.

O que caracteriza a ação do Fundo Monetário Internacional, sabidamente, é a sua capacidade de impor receitas. Para conceder recursos, isso sem sequer falar em avais, o FMI exige que o país solicitante adote determinados figurinos. A justificativa é que o Fundo existe para estimular a elevação dos padrões de vida mundiais, que têm como base o incentivo ao comércio internacional, necessitando-se para isso empregar mecanismos que levem aumento das possibilidades de um país vender e comprar no mercado externo.

Habitualmente, essas políticas defendidas pelo FMI nada têm de redistributivas. Se grandes empresas se descapitalizam, se a renda é fragmentada, torna-se mais difícil comprar fora, as-



Langoni

sim como se criam obstáculos para saldar compromissos financeiros. Isso vale, como raciocínio, para qualquer empresa. Se o armarinho da esquina vende mais barato e dá aumentos para o caixeiros, há possibilidades fortes de que apareçam dificuldades para o proprietário pagar suas contas. Essa expectativa vale para muitas empresas. Até para uma Eletrobrás ou uma Siderbrás.

É por isso que a ida para o FMI virou tema nacional. Empresários e sindicatos preocupam-se com a coisa: seus efeitos se refletirão no bolso de cada um. E uma missão do Fundo, uma dessas missões altamente qualificadas que visitam periodicamente os países-membros, mostrou encerrar com olímpica antipatia a política salarial, o déficit do setor público e os subsídios. Há pouco mais de ano e meio, recorde-se, o Brasil introduziu fortes reorientações em sua economia e conseguiu, dessa vez, superar a desconfiança que os banqueiros manifestavam por sua política.

Todo mundo sabe que isso pode acontecer outra vez. Houve uma correção, daquela vez, e outra pode vir. Não se trataria, aparentemente, de uma imposição fechada do FMI, embora o ministro Ernane Galvêas e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, tenham bem sentido os ventos que sopram por lá. Afinal, Langoni falava, na última sexta-feira, em **ajustes voluntários** na economia do País.